

6.00.00.00-7 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
6.03.00.00-0 – ECONOMIA

## **ESTUDO DA MATURIDADE HISTÓRICA DO ESTADO BRASILEIRO PARA FORMAÇÃO DE CENÁRIOS**

JASON TADEU BORBA – ORIENTADOR

Departamento de Economia – Faculdade de Economia, Administração,  
Contabilidade e Atuariais

[jasonborba@uol.com.br](mailto:jasonborba@uol.com.br)

LETICIA GASQUES MARTINS – ORIENTANDA

Curso de Ciências Econômicas – Faculdade de Economia, Administração,  
Contabilidade e Atuariais

[leticia\\_gmartins@hotmail.com](mailto:leticia_gmartins@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho tem por perspectiva analisar o atual estágio de maturidade da economia brasileira a fim de identificar se o país encontra-se apartado de suas próprias decisões, sendo estas designadas por determinações da geopolítica providas por interesses do representante legal; ou se ao contrário, já conquistou um grau de maturidade histórica que viabilizasse as decisões quanto a Superestrutura do Estado. Neste sentido, o artigo trabalha com o método dialético do Estado e da Economia em Marx e, com o movimento preeminente de articulação regional evidenciado por Darc Costa. Perpetua-se, portanto, no estudo da transição qualitativa em concomitância ao projeto nacional estratégico da organicidade brasileira.

**Palavras-Chave:** Capitalismo, Projeto Nacional, Brasil.

## Introdução

O Renascimento cumpriu o que se propôs a fazer ao colocar o homem no centro das decisões, legitimar o processo de acumulação de capital e corroborar para a definição do Estado contratual. No que compete especificamente a esta última questão, Rousseau avança ao projetar o Estado como bojo da soberania democrática, estabelecido por preceitos de fraternidade, liberdade e igualdade de modo que o Estado passa a ser o único detentor da vontade geral, estabelecida como a soberania do povo.

A estruturação da ideia filosófica de Hegel introduz, doravante, questões de liberdade e ação política perante o método dialético do moderno Estado Nacional. Assim, o que Rousseau havia considerado como “liberdade civil”, ressalta, no pensamento hegeliano como liberdade humana, subjacente ao copulo de ideias daquilo que todos os cidadãos reconhecem como sendo seu; o Estado é chamado a alinhar as contradições que surgem no âmbito da sociedade civil: não há sociedade civil se não existir um Estado que a construa, que a componha e que integre as suas partes e, da mesma maneira, não existe povo se não existir Estado, pois segundo ele, é o Estado que funda o povo e não o contrário.

Parte desta análise a metodologia utilizada para conceituar a funcionalidade do Estado como a construção de uma Superestrutura fundamentada que atua - por hipótese de pesquisa - estrategicamente na integração regional na América do Sul a fim de consolidar paz e democracia na região. Desta forma, o entendimento da maturidade econômica do Estado brasileiro compõe um estudo mais abrangente, desenvolvido pelo professor orientador, Jason Tadeu Borba, no que tange as vicissitudes da geoeconomia e geopolítica estabelecidas pela *Gemeinwesen* do Capital.<sup>1</sup>

Portanto, o presente artigo abarca, além desta introdução, uma seção resumida sobre a periodização do capital em Marx com os devidos desdobramentos acerca da forma tendencial do predomínio dialético entre os mecanismos de extração da mais valia e, uma segunda seção sobre a integração regional

---

<sup>1</sup> Uma tradução mais corrente para o termo *Gemeinwesen* seria Comunidade ou sociedade. Para uma abordagem voltada para a dialética e complexidade extremas dos desdobramentos da abordagem via *Gemeinwesen*, ver Borba (2003).

como condicionamento da maturidade histórica da economia brasileira. Às considerações finais fica reservado uma análise crítica sobre o *momentum* de transição e que abarca o desenvolvimento das forças produtivas via o necessário salto qualitativo dentro do presente Modo de Produção Capitalista.

### **A teoria da periodização do capital**

Dentro do marxismo contemporâneo – evidenciado pelo conceito de *Gemeinwesen* do capital - a periodização do capital pode ser caracterizada pela concentração e/ou centralização dos padrões concorrenciais das unidades produtivas, englobadas por diferentes proposições como o Estado, mercado, advento de novas tecnologias e desdobramentos de ciclos econômicos. De acordo com este conceito a pesquisa avalia a estruturação de Marx em duas fases: a fase de predomínio dialético da Mais Valia Absoluta e, não obstante, a fase de predomínio dialético da Mais Valia Relativa, sob conceitos de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital. Trata-se porquanto de compreender a realização do capital, não como domínio técnico, mas pela dialética embasada na produção que sintetiza o trabalho e o valor. Ambas distinções coexistem desde o início sincrônico e diacrônico do modo de produção capitalista, contudo, a essência do capital é a tendência de predomínio da extração de mais valia absoluta no conjunto do capital social, no primeiro momento, e, a extração de mais valia relativa, em um contexto de desenvolvimento do paroxismo em momentos mais agudos da crise cíclica.

Essa teorização em duas fases revela, portanto, uma organicidade elástica dos fundamentos da *Gemeinwesen* do capital, em que sua alienação baseia-se em saltos qualitativos, por ondas de inovações tecnológicas. Assim, condiz com a predominância de mais valia absoluta à reprodução social perante a instalação de condições históricas, ainda saturadas da exploração do trabalho e exímias de tecnologia; embora corrobore para a dominação do capital que conquista, gradualmente, novos ramos da dinâmica de transformar a sociedade na produção em si, “a sua imagem *par excellence*”; na promoção de produtividade perante a subordinação formal do trabalho ao capital, sem que se instale não obstante, um processo de salto qualitativo contínuo que se dê nos principais

setores do capital social formadores de preços. O que ainda está ausente é a regularidade do alcance da difusão tecnológica que implica em obstáculos naturais ao aumento da jornada e intensidade do trabalho, e diminuições salariais. “O único sentido colocado ao capital para essa superação é aquele presente no seu próprio conceito, levando assim às últimas consequências o que nele entranha: o aprofundamento da sua dominação” (BORBA, 2003, p.16).

De maneira antagônica, a fase de predomínio dialético da mais valia relativa implica em atingir qualitativamente o movimento do capital em seu conjunto eminente, em que o desenvolvimento das forças produtivas não é resultado de simples preceitos tecnológicos, mas da modificação estrutural das condições técnicas e sociais deste modo de produção especificamente capitalista, que ao invés de pagar salários abaixo do valor da força de trabalho, promovem um emaranhado de produtividade que possibilita a diminuição deste valor em si, a diminuição do valor de reprodução do trabalhador – desta maneira, os limites físicos ao aumento da produção são superados por um novo princípio produtivo: a automação. Trata-se de um advento ao modo de produção e as suas dimensões, colocando a sociedade em um ritmo de transformações ininterruptas e aceleradas quanto à produtividade do trabalho e a *Gemeinwesen* em si.

Desta forma, Marx (1979) revela que o capital é produtivo, ou dito de outro modo, assume o desenvolvimento das forças produtivas sociais até o momento que este tal desenvolvimento encontra barreiras no próprio capital. Sob esta perspectiva o texto assume uma hipótese inicial de investigação científica de que a economia brasileira, no âmbito da ordem mundial vigente, denuncia uma posição de manutenção da dialética sincrônica da FPM absoluta, em que sua funcionalidade não esta no progresso pleno da acumulação de capital.

O desenvolvimento do estado referente á FPM Absoluta na periferia do sistema deu-se no âmbito e no espaço aberto pelas possibilidades do desenvolvimento desigual e combinado entre o centro e a periferia industrializada. O esgotamento desse espaço é que coloca o problema fundamental da natureza desses Estados face à necessidade da continuidade e do salto necessário ao processo de acumulação do capital. Ao que tudo indica, dificilmente os Estados nacionais periféricos forjados na ordem mundial durante o Século XX serão capazes de encarregar-se dessa transição, dando resposta às

crises gêmeas cada vez mais graves que advirão do esgotamento do padrão de acumulação com base na FPM Absoluta na periferia industrializada e das crises da própria ordem mundial que vigorou durante todo o Século XX, [...] Portanto, a passagem da FPM Absoluta à FPM Relativa para um determinado país coloca-se sempre como movimento essencialmente geopolítico, global e não como uma transição meramente interna. (BORBA, 2003, p.08).

Sincronicamente, a passagem da FPM Absoluta para a FPM Relativa nos países centrais e a introdução da FPM Absoluta na periferia do sistema a partir de meados do Século XIX e início do XX, deu-se no Brasil pelo abandono do trabalho escravo e o surgimento das manufaturas urbanas. Entretanto, o domínio do modo de produção capitalista em extensão, requer, agora, seu domínio em profundidade e sua trajetória é buscar superar-se na passagem à FPM Relativa. De acordo com esta análise, pode-se considerar que a característica da economia brasileira está no limiar da passagem qualitativa, em que a predominância da extração da mais valia absoluta está sendo levada às últimas consequências, gerando um estado de tensões crescentes que se agrava a cada ciclo de acumulação e crise.

### **O Estado brasileiro como condicionante da estratégia nacional**

O objeto de debate dos interesses e prioridades da política externa brasileira, dispõe atualmente, no limiar de duas tendências relativas à cooperação horizontal e vertical que o país instaura, explicitando as principais características do sistema internacional contemporâneo em combinação com o perfil da inserção sistêmica do Brasil. Para a professora e pesquisadora do núcleo de relações internacionais, Cristina Pecequillo (2008), há um crescente jogo de interesses frente aos Estados Unidos, enquanto, se provem de parcerias oriundas das nações emergentes na América Latina e mais recentemente, na África e Ásia. Para a pesquisadora, o país atua com uma agenda combinada em tendências hemisférica bilateral e global multilateral: A política externa do século XXI transforma e atualiza o passado ao mesclar equilibradamente as dimensões Norte-Sul e Sul-Sul.

Por esta perspectiva, a diretriz exibida no “projeto brasileiro” e articuladamente embasada na análise de Darc Costa (2003), tem como seu maior foco

apresentar o discurso de estratégia do Estado e organizar um pensamento crítico em simetria com o plano conceitual de inserção internacional do Brasil. Neste âmbito, colocam-se questões relativas a critérios geográficos, antropológicos e econômicos que visam a aderência de um objetivo nacional frente aos seus interesses, conflitos e ações diplomáticas em prol de uma síntese mais complexa de organicidade brasileira. Assim conforme difundido pelo autor, não propõem-se estabelecer as diretrizes últimas e definitivas da estratégia nacional, pois, na verdade, elas nunca existirão como obra acabada, mas sim, como a de criar os elementos mínimos necessários para a construção das discussões que deverão balizar a montagem de uma concepção estratégica para a sociedade brasileira, configurada na premissa de analisar o Brasil como núcleo geográfico e histórico de um Megaestado em formação da América do Sul (COSTA, 2003, p.16).

Tal como expresso por uma visão fundamentada no pensamento hegeliano e aplicada ao povo brasileiro, Darc Costa (2003) expressa seu estudo como “o destino manifesto de construir uma nova civilização” dentro de uma sistematização teórica nova, delimitada por relações de poder e política que cercam a intervenção humana. Nesta ótica, a questão central configura-se na sociedade nacional e em sua transcendência na estruturação de um megaestado<sup>2</sup> contextualizado pela formulação teórica da coletividade, que diz respeito ao avanço brasileiro e sul americano dentro do processo civilizatório que se configura uma visão dialética de considerações preambulares:

Para os brasileiros, considerados bárbaros e periféricos, é chegada a hora de assumir a dinâmica, que estes atributos impõem. E esta dinâmica se estrutura em um projeto nacional, fruto da estratégia nacional. Pode ser ou não ser. Mas terá de tentar. Caso consiga, dará ao processo civilizatório um novo espaço em ser. Espaço este onde os antigos ibéricos, negros e índios e, os atuais japoneses, alemães, árabes e italianos, se sentiram latinos e trouxeram de novo o Lácio para o centro da história. (COSTA. 2003, p. 25)

Dispõem-se, pois, com esta divergência de pensamento, de uma nova concepção de tratar o ser mundo com base na mundialização, mais assertivamente, nos princípios que sintetizam o plano de fundo por onde se desdobrará a concepção brasileira como agente constituinte de tal

---

<sup>2</sup> O tema mostra-se como a regionalização, vinculado a perda da soberania do Estado Nacional, em prol de uma conjunção de Estados, que à falta de outro título será nomeado de Megaestado – não contesta-se a importância do Estado Nacional em si, pelo contrario, reforça-a. (COSTA, 2003, p.17)

mundialização; perante a tese do autor em análise, esse é o destino manifesto brasileiro: algo que decorre naturalmente do povo em si de ser o único provido de elementos necessários para fazer o movimento de construção de uma única pátria humana. Tais premissas podem revelar resultantes do ser “povo brasileiro”, são expressas como possibilidades de executar a mundialização em temas de antropofagia, mestiçagem, sincretismos e transcendência.

Posto de outra forma, evidencia-se pela característica do brasileiro de se apropriar e transformar qualquer manifestação cultural exógena, como resultado do mecanismo de adaptar valores e técnicas europeias aos tópicos; a habilidade de ver o estrangeiro como se fosse semelhante; a fusão e homogeneização de diferentes etnias que ultrapassa possíveis diferenças sociais rumo a uma democracia plena; a capacidade de deglutir de forma criativa e criadora o que lhe é imposto; a completa permissividade religiosa. Por tais perspectivas, o destino manifesto, tal como colocado inicialmente, reside na consolidação de uma civilização pela cooptação daquilo que a natureza tem de mais pujante e agressivo, elemento que atenua e unifica todos os outros anteriormente expressos, criando um idealismo para além do subjetivo, que transpõem aquilo posto na dialética como um aceite a tudo e a todos. (COSTA, 2003, p. 58-61).

### **Considerações Finais**

Perante a exposição do conceito de mais valia absoluta e mais valia relativa é possível caracterizar o estado brasileiro no limiar desta transição. De fato, a movimentação da sua economia indica um limite próximo da fase de subsunção formal do trabalho pelo capital; indica sobretudo, a necessidade de um salto qualitativo no âmbito da sociedade como um todo, rumo ao “capitalismo civilizado”. Essa interpelação, no âmbito do dinamismo, só se tornaria possível por meio da tecnologia, mais precisamente, da inovação tecnológica – esse é o salto de qualidade que permearia ao trabalhador um salário nominal maior, com menos intensidade e horas trabalhadas e a luta de concorrência para atuar como contra-tendência da lei geral da queda da taxa de lucro no setor produtivo. Uma das hipóteses estruturantes do projeto de

pesquisa é que o Brasil busca atingir esse cenário - porém, ingressar sua economia no predomínio dialético da mais valia relativa torná-lo-ia ainda mais dependente e ainda mais compromissado com a trajetória e determinação do capitalismo mundial, por processo próprio de concentração e centralização do capital, como seu fim único...

Em concomitância a este, revelam-se os movimentos relativos da consolidação cooperada da América Latina como condicionante de inserção internacional do Brasil que se estabelece, em um cenário de discussão crítica como uma articulação que viabiliza os elementos de infraestrutura institucional como imperativo, democraticamente consolidado na maturidade do Estado. Não obstante, tal maturidade econômica, política e social não se sobressalta como prognóstico da inserção brasileira no “capitalismo civilizado” de predominância da mais valia relativa, pois conforme avaliado, além do país ainda não ter apresentado respostas a problemas de natureza interna, ele necessitaria de uma inserção tecnológica profunda, a fim de baratear os salários e custo de vida do trabalhador e desenvolver o setor de meios de produção associado a um salto qualitativo para se integrar ao centro do modo de produção capitalista – uma articulação que significaria, em contrapartida, tensões de interesses daqueles que observam a diminuição progressiva da taxa de lucro global, e que certamente detêm meios que não permitam tal prognóstico, ao menos que não permitam tal prognóstico por meio de uma articulação brasileira que continuará no limiar da mais valia absoluta, frente a tentativa de se inserir no contexto de mais valia relativa.



## Referências Bibliográficas

BORBA, J. Georeference 2: Geoeconomia: o Brasil nos cenários estratégicos mundiais. 2ª ed. São Paulo, 2003

BORBA, J. Georeference 4: Blocos econômicos: Dialética da guerra interimperialista. 1ª ed. São Paulo, 2003

COSTA, Darc. Estratégia Nacional. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2003.

MARX, K., Le Capital - Critique de l'économie politique, Livres I (trad. Joseph Roy), II et III, Paris, Éditions Sociales, 1979

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa do Brasil no século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, 1ª Ed.